

PRÁTICAS URBANÍSTICAS E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

URBANITIES PRACTICES AND PATRIMONIAL PRESERVATION IN BRAZIL

Ticiane Oliveira de Sales¹

Resumo

O presente trabalho consiste em analisar as relações entre Patrimônio, Urbanismo e Sociedade Brasileira. Partimos da problemática de como as práticas urbanísticas e o discurso em torno da preservação patrimonial se desenvolvem e influencia na formação social do País. Buscamos compreender a complexidade do crescimento urbano e as necessidades de preservação dos bens materiais, imateriais e naturais. Fazemos algumas reflexões conceituais acerca do patrimônio e do urbanismo e como se fundamentaram ao longo dessa pesquisa. Analisamos, brevemente, o processo histórico do urbanismo no Brasil e sua correlação com o desenvolvimento da sociedade. Fizemos necessariamente uma investigação de caráter qualitativo no nosso corpo documental. Com efeito, verificamos a inteligibilidade do desenvolvimento da sociedade na relação entre as práticas e representações envolvendo Patrimônio e Urbanismo.

Palavras-chave: Patrimônio, urbanismo, sociedade brasileira.

Abstract

The present article consists of analyzing the relation between Patrimony, Town Planning and the Brazilian Society and how the town planning practices and the speech about the patrimonial preservation has been developed and influencing the social formation of Brazil. We sought to comprehend the complexity of the urban growth and the needs of preservation of the material, immaterial and natural assets. Perceive some conceptualized reflections about the patrimony and town planning and how they found themselves a long this research. As well as we analyses, shortly, the historical process of town planning in Brazil and its relation to the development of its society. It was necessary an investigation of quality nature through our documental source. Soon we realized the intelligibility of the development of the society in the relation between the practices and representations involving Patrimony an Town Planning.

Keywords: Patrimony, town planning, Brazilian society.

1. Patrimônio e urbanismo: entre preservação e as práticas de crescimento urbano

O patrimônio Histórico pode ser definido como um conjunto de legados a partir de diferentes aspectos (tangíveis e intangíveis)² e de acordo com a legislação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Constitui-se em bens materiais³ e imateriais, naturais ou imóveis que possuem significados e importância cultural, artística, documental, estética dentre outros para uma determinada formação social.

O conceito de Patrimônio tem suas raízes no espaço e no tempo. "Patrimônio, é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, *pai de família*". (FUNARI, PELEGRINE, p.11, 2006). E, ainda, podemos dizer que é considerado fonte de pesquisa e preservação de uma memória deixada tanto por sociedades passadas quanto por sociedade contemporâneas, pois as sociedades presentes também produzem

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Especialista em Museologia.

² Por definição, recursos tangíveis são os bens que podem ser vistos e quantificados, enquanto que recursos intangíveis são o oposto, são bens enraizados com o passar do tempo (HITT, 2003).

³ Em 1931, surge a Carta de Atenas, que discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações, para terem caráter internacional e para garantirem a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados.

“memórias contemporâneas” para pesquisa e preservação. Choay (2001) afirma que o patrimônio histórico indica um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se expandiu planetariamente, formado pela contínua acumulação de diversos objetos.

As sociedades atuais buscam intensamente rememorar o passado como modo de (re)descobrimto dos costumes e da cultura, podendo ser divididas entre Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais⁴. Sendo assim, esse processo de busca, implica dizer que o indivíduo contemporâneo vê no passado uma chance de se identificar, conhecendo-se melhor, a fim de compreender seu papel dentro da realidade em que vive. Neste sentido, a identidade foi e é construída e reconstruída a partir das formas de convivência dos diversos grupos sociais que podem estar divididos dentro de uma mesma cidade. Assim,

A construção da identidade nacional fora baseada através de pluralidades. Uma identidade multifacetada que possibilitava uma identificação não mais limitada nem homogeneizadora, mas calcada na diversidade ligada à dinâmica espaço-temporal que contém cada região brasileira (SALES, 2008: 17).

Qualquer formação social possui identidade própria, apesar de nem todas as pessoas se conhecerem, compartilham de importantes referenciais comuns, tradições, história. Criam-se laços com os antepassados, com o local e costumes. No Brasil, durante a Era Vargas, houve a iniciativa de implementação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi designado como o órgão responsável pela preservação dos nossos bens públicos. Desse modo,

No Brasil da Era Vargas, privilegiou-se enquanto representativos da herança formadora da identidade nacional, o patrimônio histórico e artístico, que, nos anos posteriores, ficou conhecido, sobretudo entre os críticos dessa concepção, de patrimônio de pedra-e-cal (MACEDO, 2006: 01).

Não obstante, o patrimônio supracitado destinou-se a valorizar elementos que promovessem uma rememoração de cunho “rankeano”, ou seja, valorização dos bens materiais relacionados a uma representatividade elitista dos grandes feitos ou relacionados a grandes personagens da história. Igrejas, monumentos, prédios públicos, obras de arte, dentre outros, são um exemplo desses patrimônios.

⁴ Segundo os pesquisadores Funari e Pelegrine (2008), a junção do termo matéria – que passou a designar algo concreto - com cultura, que se refere ao humano, resultou no conceito de cultura material como totalidade do mundo físico, apropriado pelas sociedades humanas; portanto, estão incluídos não apenas o que o ser humano produz, nas formas de artefatos, mas tudo o que ele transforma no decorrer do tempo e do espaço. Já a cultura imaterial, segundo os pesquisadores, refere-se ao conceito de intangibilidade, citam como exemplo a dança popular que, enquanto conjunto de uma representação, não pode ser dividida em partes tangíveis, mas compreendida no conjunto.

No início do século XX, dada várias transformações ocorridas no âmbito intelectual brasileiro começou a ser pensada com mais especificidade a questão do Patrimônio no Brasil. Em 1936, Mario de Andrade, um dos modernistas de 1922, fez um anteprojeto para a criação de um Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, o SPHAN. Nele observamos a preocupação desse intelectual com a preservação do patrimônio cultural o qual julgava ser tão importante quanto o patrimônio de “pedra- e- cal”.

Somente na década de 70, é que ocorre uma redefinição nas políticas de preservação ao Patrimônio, percebendo a importância de elementos mais abrangentes como os bens culturais, naturais e do “saber fazer”, renovando essas percepções através da criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, a fim de que fosse possível a análise de toda a dinâmica das relações sociais e culturais brasileiras.

Nos últimos anos, algumas cidades brasileiras vêm sendo alvo da intervenção de projetos culturais bastante diversificados, embora geralmente atentos à valorização do patrimônio edificado e dos lugares de memória. Estas ações quer sob os auspícios do poder público, quer financiadas com recursos privados, ambicionam um revigoramento dos centros históricos ao prever um leque ampliado de medidas, a exemplo da restauração de fachadas, alargamento dos passeios, renovação do mobiliário urbano, reformas de logradouros e edifícios antigos, incluindo um tratamento cromático voltados aos pigmentos originais [...] São iniciativas alentadoras, que parecem dispostas a recuperar espaços de convívio [...] deteriorados com as transformações da dinâmica urbana (FILHO, 2003: 24-25).

Atualmente, debate-se intensamente a definição do Patrimônio no Brasil que nos anos 30, era denominado de “pedra-e-cal”, e que teve sua superação assegurada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, pela noção de Patrimônio Cultural o qual não abrangia apenas construções materiais, mas também culturais e naturais, valorizando assim, a essência das produções da sociedade e a memória dos diferentes grupos. Esses elementos estão intrinsecamente relacionados à tradição oral e sua compreensão através de uma nova vertente dos estudos de História: a História Oral, incentivadora da emergência de novos conhecimentos através do estudo profundo do cotidiano, das mentalidades, das memórias coletivas e/ou individuais. “A tradição oral é veículo privilegiado para a transmissão, atualização e reatualização da memória bem como dos ofícios, dos saberes, dos fazeres, das técnicas, dos processos de preparação de alimentos [...]”. (MACEDO, 2006: 05).

O reconhecimento da importância dessa nova percepção de valorizar e preservar também os patrimônios imateriais⁵ fomenta a memória do nosso país a partir de representações e do imaginário social dos diversos grupos. Logo, os espaços são redimensionados, ressignificados,

⁵ Ver em: Decreto Nº 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem em patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

revisitados e se tornam palco para diversas formas de ações e práticas sociais que influenciam o nosso modo de vida cotidiana. Então, conhecer e compreender as políticas de preservação tornou-se imprescindível para refletirmos sobre as discussões referentes a teorias e conceituações dos patrimônios históricos.

1.2 Um breve contexto histórico do Urbanismo.

O Urbanismo pode ser considerado como uma “teoria da cidade”. Seu estudo é considerado bastante recente e o termo surgiu pela primeira vez em 1910. Essa discussão sobre as cidades pode ser compreendida a partir de dois aspectos importantes para o desenvolvimento da urbanização. O primeiro diz respeito à descrição, ou seja, ao estudo de fatos isolados, entendendo os problemas de caráter urbano através de fenômenos patológicos e de metáforas como “câncer” a fim de definir as cidades. O outro se refere ao movimento político, a busca da compreensão dos problemas urbanos a partir das relações econômicas e sociais podendo ser observadas nas obras de Engels e Marx.

Desde a Antiguidade greco-romana, os primeiros traços de urbanização já podiam ser observados em suas cidades. Mas foi com a Revolução Industrial na Inglaterra que teve origem a noção de um urbanismo moderno como nova forma de readaptação tanto no tempo como no espaço, acompanhado pelo desenvolvimento do progresso técnico e pelo aumento da produtividade do trabalho, possibilitando, assim, o aumento demográfico das cidades. Soma-se a isso também, a imigração da população rural para essas áreas urbanas como busca de melhoria nas condições de vida.

A corrente progressista, uma nova forma de se pensar na cidade não mais através de um viés tradicional, mas a partir de definições de planos urbanos perfeitos valorizados por premissas de modernidade, procurava conceber cidades ordenadas sob a relação de soluções utilitárias e plásticas. Essa concepção nos mostrou o caráter das construções de zonas urbanas bem definidas e homogêneas desses espaços que não levam em conta as diferenças das estruturas sociais. Assim,

De acordo com a Carta de Atenas, a cidade possui quatro funções fundamentais, pelas quais o urbanismo deve velar são: habitar; trabalhar; circular e cultivar o corpo e o espírito, sendo seus objetivos: a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação (BARREIROS, 1995: 43)

Nossa civilização contemporânea é caracterizada por novas formas de vida urbana e pelo grande desenvolvimento das cidades aliados ao crescimento de seus centros urbanos fazendo com que surjam diversos problemas de circulação, abastecimento e poluição. Deste modo, esse modelo

de urbanismo foi se aproximando do entendimento de cidade enquanto um empreendimento, fazendo com que as soluções de estruturação social fiquem relegadas (e quando fica) a último plano.

1.3 Urbanismo e Patrimônio.

A urbanização que desde a Antiguidade já desenvolvia as organizações dos espaços, intensificou-se após a Revolução Industrial a qual se tornaria em uma nova forma de readaptação espaço-temporal. Articulou-se cidades fundamentadas sob a égide da modernização e no avanço técnico sem uma preocupação com o meio ambiente e sua dinâmica natural.

O urbanismo programou políticas que se constituem em um movimento de edificações transformando e reestruturando os espaços que, por sua vez, implicam no modo das relações e nas práticas sociais de uma determinada sociedade. Esse urbanismo até certo ponto foi inevitável para a organização do nosso espaço de contexto capitalista, porém não acompanhou as necessidades de preservação e proteção dos mesmos, fazendo com que a herança patrimonial se submetesse ao avanço predatório das construções modernas.

Não obstante, o urbanismo deve promover o desenvolvimento das cidades⁶, porém sem a plena destruição do patrimônio. Torna-se até uma maneira de buscar também a preservação da memória das próprias cidades e seu Patrimônio de histórias e acontecimentos.

A preservação do Patrimônio não se refere somente à manutenção e restauração dos bens materiais, mas principalmente ao modo de se pensar políticas públicas que objetivem melhorias de qualidade de vida à sociedade. A urbanização desenfreada e progressista tem proporcionado ao indivíduo seu desconhecimento da sua cidade, não respeitando o passado e fazendo constantemente das cidades um agregamento de coisas sem nenhum sentido. Logo,

Merecem assim destaque os estudos sobre as tradições e os modelos de urbanismo aqui construídos e difundidos, os mecanismos de circulação de idéias e ideais de cidade [...]. Articulando, de maneira crescente, história, forma, imagem e preservação (GOMES, 2004: 09-10).

Pensar em urbanismo nos remete a discussões teórico-metodológicas complexas que não apenas modificam os espaços, mas também os indivíduos e o mundo que os rodeiam. A representação que essa produção material carrega é composta por valores e características de cada sociedade.

⁶ A carta de Washington (1986), (Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas), contribui para o esclarecimento acerca de patrimônio quanto às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que, além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

A urbanização, com seu crescimento desordenado das cidades, implicou em uma profunda descaracterização do nosso Patrimônio Histórico. Isso nos faz refletir acerca da qualidade do meio ambiente. Daí a necessidade da valorização desses bens patrimoniais na linha da tradição mundial da preservação do patrimônio urbano histórico, que se expressa nos marcos cronológicos universais da conservação do patrimônio edificado, tal como refere Françoise Choay.

Ora, nossas cidades também são locais onde se produz identidades, sentimento de pertencimentos, palco de memórias coletivas integrantes da nossa história. Logo as destruições do meio não passam despercebidas pela população que um Patrimônio foi descaracterizado em função de construções de arranha-céus, por exemplo, perdendo-se a essência do local em detrimento dessa “onda modernizadora”. Por outro lado, preservar o Patrimônio não significa deixá-lo se acabar, porém necessita que haja transformações adequadas e da ação de registro, assim se torna uma maneira útil de preservação.

Contudo, o Patrimônio e a sua preservação são refletidos nos testemunhos de um passado que constantemente está sendo revisitado por nós e em uma referência também urbana, pois é um lugar historicamente vivido. É dessa forma que vamos constituindo “espaços de saudade”. Isto é, a partir da preservação é que se torna possível visitar as memórias dos lugares, de um tempo, de um espaço. Assim é que podemos sentir essa saudade e revivê-la.

Partindo desse pressuposto, torna-se imprescindível a compreensão de como essa relação Patrimônio e Urbanismo através de políticas preservacionistas ou não, influenciaram no modo de vida da sociedade brasileira e como ela percebe e se comporta ao ver seu elo identitário ser constantemente ameaçada pelo crescimento aleatório das cidades, desde as representações e ações do pensamento urbano às práticas sociais ao longo do processo histórico.

2. Urbanização e caracterização da sociedade brasileira

Para assinalar o desenvolvimento urbano no Brasil faz-se necessário uma atenta visita a memória da “Herança Colonial” brasileira, ou seja, observarmos como a sociedade e o território brasileiro se desenvolveu no contexto histórico da colonização.

Buarque de Holanda (1995) caracterizou de modo brilhante nosso modo de colonização denominando de sementeiro o “português”, que estabelecido no litoral, constituía cidades irregulares sem qualquer planejamento, fato que se explicava, segundo o autor, pelo desejo de fazer fortuna rápida dispensando, assim, o trabalho regular. Daí advém às relações sociais de caráter personalista, patriarcalista e clientelista na qual influenciaram substancialmente a formação social brasileira e a dinâmica urbana no Brasil.

No nosso país, esses fenômenos como paternalismo e clientelismo se adaptaram ao processo urbano-industrial, articulando um novo tipo de sociedade sob forma desigual, na qual a relação patrão e cliente se fundamentam no interesse em obter bens valorizados, proteção e favor criando um tipo de capitalismo dependente em que a visão tradicionalista e a moderna redefinia as esferas da sociedade. A urbanização no Brasil, no âmbito de suas especificidades, ao invés de enfraquecer e fragmentar os laços de parentescos na sociedade, ao contrário, demonstrou-se mais forte, sendo esses laços a mola propulsora das grandes funções dentro do dinamismo da estrutura social.

Outro importante autor para a compreensão desse processo histórico é Gilberto Freyre que, em *Sobrados e Mucambos* (2004), explicita as discussões acerca da evolução urbana no Brasil que é visto sob o clima de mudança da casa para a rua. Ou seja, a sociedade fechada formada nos engenhos e fazendas através do personalismo perde esta individualidade para se tornar mais aberta e pública ganhando as ruas das cidades que se modernizam e crescem. Uma sociedade que fragmentou uma tradição rural e patriarcal de trezentos anos, a fim de se viver um sonho urbano.

Para esses intelectuais são estes alguns fatores que caracterizam e nos auxiliam à compreensão do desenvolvimento da urbanização brasileira e a sua formação social desde a colonização aos dias atuais, de modo a contribuir para percebermos como a nossa sociedade se desenvolveu ao longo dessas discussões.

O urbanismo brasileiro teve início profícuo com a vinda da “Família Real”, em 1808. A partir daí podemos observar as construções, ou seja, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil naquele contexto, com a utilização do aparato burocrático inserido nas relações administrativas e a intervenção do legado de nossa herança colonial como ideia e forma de desenvolvimento dos espaços, principalmente o urbano, no qual as visões tradicionais vão se confrontando com os valores modernos emergidos na Europa e que foram apropriados pelo Brasil. Desta forma, com o desenvolvimento das cidades a hierarquização das relações sociais foi firmada pela oposição entre o nosso mundo arcaico e os valores europeus burgueses, principalmente aqueles relativos às transformações do estilo de vida na sociedade, que vieram integrar-se ao perfil do caráter nacional, criando espaços para uma sociabilidade até então não existente.

O urbanismo intervém nas cidades a partir de construções e planejamentos com o objetivo de legitimar uma crescente modernização e também justificar essas intervenções no espaço urbano. O processo de urbanização no Brasil se desenvolveu de modo complexo. Sua pesquisa histórica é feita, em sua maioria por profissionais da arquitetura, dessa forma, não ultrapassando os limites da construção física. Quando na realidade, torna-se necessária uma investigação histórica profunda

(ofício de historiador) que analise de forma problematizadora os sujeitos, as tramas espaço-temporais e o significado desse processo para uma determinada sociedade (GOMES, 2004).

No Brasil, diversas teorias contribuíram para o desenvolvimento urbano, exemplo foram as teorias médicas entre fins do século XIX e parte do século XX, objetivando reforçar um conjunto de formas de pensamento e atuação no sentido de intervenção nas cidades, fazendo-se assim uma apropriação nacional de idéias urbanísticas já tão bem processadas e desenvolvidas na Europa. Essa influência pôde ser observada na então capital brasileira, o Rio de Janeiro.

No discurso que proferiu o então Dr. Alreliano Portugal, médico da saúde pública, enalteceu as vitórias alcançadas pelo prefeito como se fosse ele o chefe militar de uma *blitzkrieg*. Em três anos conseguiria desalojar milhares de pessoas de suas habitações [...], demolir no todo ou parcialmente, cerca de dois mil prédios promovendo ao mesmo tempo mil outras [obras] de ordem diversa, tendentes ao saneamento e embelezamento de uma cidade extensíssima, que conta em seu seio cerca de um milhão de habitantes (BENCHIMOL, 2001: 233).

Essas teorias como forma de se pensar no belo em oposição à feiúra e da higienização em oposição à insalubridade se referem tanto ao aspecto estético como em relação ao imaginário elitista da época. Essas transformações se tornaram possíveis a partir da República, remodelando as cidades acerca dos princípios de racionalidade que objetivava corrigir os erros de suas origens marcadas pelo atraso, assim como o desenvolvimento da sociedade nos rumos da modernidade. Assim

Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na História dessa e de outras cidades brasileiras, um cipol de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da existência social refratárias à ação do Estado. A reforma urbana foi, na realidade, o somatório não previsto das ações de múltiplas forças, humanas e não humanas (BENCHIMOL, 2004: 234).

Essas reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras (XIX e XX) lançaram as bases de um urbanismo moderno. Foram construídas obras para o embelezamento paisagístico de acordo com as exigências do modo de produção capitalista, no qual pudemos perceber, em contrapartida, a exclusão da população menos favorecida, marginalizada nesse processo, sendo expulsa para as ditas “periferias” da cidade. Podemos relacionar a forte influência no processo de urbanização brasileira com a importância do trabalho escravo, já que o peso do trabalho escravo se tornaria presente mesmo após a abolição, com a força de trabalho livre e pela influência do poder político relacionado ao patrimonialismo pessoal. Então observamos que os processos históricos no Brasil foram permeados por constantes contradições, pois,

O modo de vida da maior parte da população urbana ao evidenciar a convivência dos bens modernos, com um ambiente de um casebre cuja construção parece remontar a uma era pré-moderna- leva a conclusão de que não é possível dissociar esse urbano e essa moradia dessa sociedade e desse modelo de industrialização e desenvolvimento [...] A tragédia urbana brasileira, não é produto das décadas perdidas. Tem suas raízes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888) (MARICATO, 2000: 24).

Ao longo de nossos estudos acerca do processo histórico urbano podemos perceber o caráter do desenvolvimento concentrador da urbanização e conseqüentemente da aglomeração e do inchaço das cidades que, por sua vez, interferem nas relações sociais tanto política, econômica quanto culturalmente dos indivíduos. Uma possibilidade de explicação seria, talvez, devido à influência das teorias européias desenvolvidas em resposta à modernidade ter chegado ao Brasil antes mesmo que essa modernização aqui acontecesse de fato. Assim, as elites locais procuraram urbanizar o país sem fazer uma correlação com a transformação das estruturas sociais.

Tornou-se imprescindível, para nós historiadores, a compreensão de o porquê do urbanismo no Brasil ter procurado criar espaços para uma sociedade moderna que ainda não existia, realmente. Ora, isso pode ser explicado através dos costumes da vida no Brasil durante o século XIX, no qual os indivíduos mais abastados tentavam se comportar o mais próximo possível do comportamento europeu, fruto do contato dos brasileiros com a Europa, a fim de se educarem ou para outros fins.

Esse modo de vida burguês começou a ocorrer no Brasil mesmo antes da industrialização, diferenciando-se a população urbana, não apenas economicamente, mas também de uma forma cultural. Isso também pode ser compreendido a partir da análise de Sobrados e Mucambos (1936) de Gilberto Freyre, cuja tese central é a de que a história da evolução do Brasil é a história da ascensão do mulato. Assim, Freyre atentou para o fato de que a europeização e o aburguesamento social, impulsionados por idéias que haviam tido origem em uma realidade social diversa, chegavam refratados, singularizando-se, já que não havia aqui nem uma urbanização clássica, nem um grupo social que pudesse ser considerado como burguesia, uma vez que a sociedade brasileira somente se urbanizava e ainda era marcada pelo escravismo.

É importante observarmos o desenvolvimento das futuras décadas que contribuiram para reforçar as práticas urbanísticas no País. Exemplos foram o impulsionamento do Estado Novo nesse processo, assim como no pós-guerra entre 1946 e 1964, na ditadura militar, passando pela redemocratização, enfim, a questão nacional foi sendo retomada através de intensas discussões ao longo desses anos. Temas de progresso e modernidade eram gerados em oposição ao subdesenvolvimento.

A inauguração de Brasília, em 1960, que propiciou uma marcha para o oeste e a consequente integração territorial, suscitou debates acalorados que giravam em torno da necessidade de se gastar tanto dinheiro para sua realização e do arrojo de sua arquitetura considerada extremamente moderna e avançada (OLIVEN, 2001:08).

Podemos inferir que o processo de urbanização a partir desse momento vai se estruturando aos moldes da valorização de uma cultura nacional em oposição aquela apropriação da cultura européia. Logo, o resgate dessa cultura nacional se constituiu em impulso decisivo rumo à modernização. Essa urbanização com a intensa valorização do moderno foi fruto do pragmatismo de uma determinada concepção de mundo onde as práticas e representações sociais se articularam a favor do estabelecimento do domínio do espaço urbano. Assim, a sociedade brasileira foi marcada por ações, princípios e pensamentos urbanos desde a colonização, caracterizando-se ora por contradições no próprio espaço de suas relações sociopolíticas, econômicas e porque não dizer culturais, ora por um reforço de seu caráter nacionalista, distanciando-se (mas ainda fortemente influenciada), do simbolismo cultural europeu em detrimento de sua própria produção intelectual, econômica e de simbologias.

A complexidade da urbanização no Brasil resultou da tentativa de conciliação das exigências da modernidade com as suas peculiaridades. Isto apontou para o caráter sincrético da modernidade brasileira implicando, desse modo, na caracterização da formação social no seu modo de relações sociais internas e externas, na sua organização espacial e econômica, em sua importação e exportação de simbolismos culturais, inclusão e exclusão no processo ideológico e prático das construções das cidades.

É provável que o que haja de peculiar à sociedade brasileira seja justamente sua capacidade de deglutir aqueles aspectos da modernidade que lhe interessam, transformando-a em algo adaptado à sua própria realidade em que o moderno se articula com o tradicional, o racional ao afetivo, o individual ao pessoal (OLIVEN, 2001: 12).

Consideramos que essas ideias discutidas acima nos mostram o caráter complexo que permeou o nosso processo histórico, reforçando a diversidade de experiências tanto no tempo como no espaço. E nos faz compreender também as características fundamentais da nossa sociedade desde a sua colonização e perceber algumas permanências e/ou rupturas processadas em nossos dias. Uma sociedade marcada por desigualdades sociais, decorrentes em sua maioria do processo de urbanização tanto pensada como praticada no Brasil.

3. Considerações finais

Considerando que a discussão estabelecida em nossa pesquisa nos leva a um campo vasto e diversificado teórico e metodológico, o resultado nos mostrou como a compreensão acerca de Patrimônio relacionado às práticas urbanísticas condicionaram e condiciona a caracterização da sociedade brasileira, influenciando no seu modo de pertencer a um lugar, frutos de uma herança colonial que se personificou no caráter patriarcalista e clientelista. Essas especificidades relacionadas ao processo de urbanização e aliados a aspectos de importação da cultura européia num primeiro momento e depois com o início do processo de brasilidade e forte nacionalismo, contribuíram para o reconhecimento da necessidade de preservação do Patrimônio e a revisitação à Memória como forma de reforço identitário. Porém, mesmo assim, o que podemos perceber é que nas políticas de preservação atuais, ainda há uma valorização patrimonial por parte da elite do planejamento urbano, assim a população permanece alijada desse processo.

Salientamos a carência de uma forte estrutura de educação patrimonial para o Brasil, bem como, enfatizamos a necessidade de uma postura mais enérgica por parte dos dirigentes quanto à proteção do Patrimônio, sugerindo a inserção de assuntos fundamentais como a preservação do Patrimônio Histórico Nacional, incutindo artigos já existentes na Constituição Federal como o Título III da Organização dos Estados e o Capítulo III da União assim como outros capítulos referentes ao tema da conservação patrimonial. Tais iniciativas na parte da educação patrimonial tornam-se apenas uma dentre diversas possibilidades para corroborar com o pleno desenvolvimento cultural em nosso país, observando as deficiências, carências e potencialidades as quais o Brasil compartilha, principalmente em âmbito regional, a fim de que a grande população possa ser conscientizada e sensibilizada acerca da valorosa riqueza patrimonial que, sobretudo, necessita ser preservada bem como discutida.

Enfim, não buscamos discutir no presente trabalho a dicotomia, Urbanismo contra o Patrimônio ou vice-versa, nem tornamos nosso estudo simplista ao ponto de nos debruçarmos somente nas pesquisas sobre os benefícios ou desvantagens das políticas públicas voltadas para a proteção e preservação do Patrimônio Histórico. Objetivamos compreendê-los na ampla discussão das relações sociais de uma forma complementar, na qual não negamos a inevitabilidade da urbanização e da modernização em nossa sociedade, mas procuramos a inteligibilidade do explícito avanço urbano e dos mecanismos que levam à destruição do Patrimônio Histórico e Cultural a fim de que possamos refletir acerca dessas problemáticas e das consequências para o meio em que vivemos de modo a intervirmos nesse processo como sujeitos desse contexto histórico e como construtores de nossa identificação.

Referências bibliográficas

1. ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de; Barreiros, Mário Antonio Ferreira. *Urbanismo: História e Desenvolvimento*. Disponível em: < [http:// www.google.com.br/artigos-urbanismo](http://www.google.com.br/artigos-urbanismo)>. Acesso em: 18 de Out. 2009.
2. BENCHIMOL, Jaime. L. (Coord), 2001. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma historia inacabada*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.
3. CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade e UNESP, 2001.
4. DIAS, Solange Irene Smolarek. *Breve historia do Urbanismo*. Disponível em: < www.faq.edu.br >. Acesso em: 18 de Out. 2009.
5. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. *Historia da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>. Acesso em: 15 de Out. 2009.
6. FILHO, Antônio Luiz Macedo e Silva. *A cidade e o patrimônio histórico. Cadernos Paulo Freire*, volume I. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.
7. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2004.
8. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINE, Sandra C. A. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
9. __ *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
10. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo; Cia das Letras, 1995.
11. MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Cultura, tradição e patrimonio imaterial*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>. Acesso em: 15 de Out. 2009.
12. MARICATO, Emília. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 8 de Out. 2009.
13. NASCIMENTO, Carla Veronica do. *Revalorizações de Sobrados e Mucambos*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Abril, 2002: 191-196. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>.
14. OLIVEN, Ruben George. *Cultura e Modernidade no Brasil*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 7 de Out. 2009.
15. SALES, Ticiane Oliveira de. *A representação da economia na construção da identidade potiguar no livro didático*. (Monografia de graduação apresentada a coordenação do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, no curso de História).

DOCUMENTOS:

Carta de Atenas, de Novembro de 1933.

CIAM- Congresso Nacional de Arquitetura Moderna.

Carta de Washington, 1986

Carta Internacional Para a salvaguarda das cidades históricas. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Artigo recebido em: 05/05/2010

Aceito para publicação em: 05/06/2010